



MINUTA DA ATA N.º 46/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H15, no Auditório da Escola Secundária do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, na Freguesia de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia; e,
- 3 - Período da Ordem do Dia:

- 3.1 – Eleição de Representante da Assembleia Municipal de Almada para integrar o Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada (alínea b), do nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto);
- 3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;
- 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento de Organização e Funcionamento da Polícia Municipal de Almada”;
- 3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”;
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Projeto de Regulamento Municipal de Apoio à Criação Teatral e Performativa de Almada”;
- 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento Municipal de Apoios Públicos de Almada (RMAPA)”;
- 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências na área da saúde – Proposta de Segunda Adenda ao Auto de Transferência”;
- 3.8 - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Declaração de Compromissos Plurianuais e de recebimentos e de pagamentos em atraso – nos termos da alínea c), do nº 2, do artigo 15º, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro”;
- 3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Regulamento HabitAlmada – para aprovação de alterações” (a título condicionado); e,
- 3.10 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal de Almada constituída pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ivan Gonçalves, pelo Senhor 1º Secretário, Ivo Almeida, e a 2ª Senhora Secretária, Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Almada procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); e Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), manifestando a impossibilidade dos mesmos estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de António José Olaio da Silva (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Irina Cristina Ludovico Tricamegy (CDS-PP), Gilberto Alexandre Ferreira Peixoto (Aliança); e Ana Catarina Ribas Lopes (PSD), por impedimento de Aurora Maria dos Santos Moreira (PSD).

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).



4.3 –Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o seguinte:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Concurso Público Urgente (Monitores de Natação nas Piscinas Municipais)”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU) sobre “Inundação dos tanques da fábrica romana de salga em Cacilhas”, enviado para a Câmara Municipal em 12/01/2024, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Morte de patos no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 17/10/2023, foi respondido a 09/02/2024;

4.3.4 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Esterilização de animais de colónias”, enviado para a Câmara Municipal em 17/10/2023, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.5 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Corpo de Voluntários do Centro de Recolha Oficial de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 09/01/2024, foi respondido em 21/02/2024;

4.3.6 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) sobre “Sessões de Treino de cães gratuitas no Parque da Paz”, enviado para a Câmara Municipal em 16/01/2024, ainda não foi respondido

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre “Solicitação dos relatórios de monitorização por parte da Câmara Municipal de Almada e dos SMAS, à vala do 2º Torrão, elaborados e assinados entre 2020 e 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 31/05/2023, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foi distribuída atempadamente a Ata nº 42/XIII-3º e colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, e ratificada a respetiva Minuta, nos termos dos nºs 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes;

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes António Martins, Pedro Marcelo, João Rocha, Júlio Ginja, Nuno Passinhas, António Pratas e Nuno Pinheiro.

5.2.1 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Alexey Navalny apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Carlos Antunes (PSD), (anexo 1).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 6.1.2 – Pelo Falecimento de Abraúl Gomes Augusto apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), (anexo 2).
- 6.1.3 – Pelo Falecimento de Manuel Sabrosa apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Assis Almeida (PS), (anexo 3).
- 6.1.4 – Pelo Falecimento de Caetano Rolo apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira (PS), (anexo 4).
- 6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Pedro Amorim Matias (PS), Luís Filipe Palma (CDU),
- 6.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:
- 6.3.1 – O Voto de Pesar pelo Falecimento de Alexey Navalny foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.
- 6.3.2 – O Voto de Pesar por Falecimento de Abraúl Gomes Augusto foi aprovado por unanimidade.
- 6.3.3 – O Voto de Pesar por Falecimento de Manuel Sabrosa foi aprovado por unanimidade.
- 6.3.4 – O Voto de Pesar por Falecimento de Caetano Rolo foi aprovado por unanimidade.
- 6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
- 6.6 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).
- 6.6.1 – Usaram ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira a/o Senhor/a Deputado/a Municipal Maria Rita Magalhães e Joaquim Miguel Judas.
- 6.7 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:
- 6.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Tornar as escolas de Almada mais sustentáveis” (Anexo 5);
- 6.7.2 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE), para apresentar uma Moção sobre “A importância do 8 de Março e o voto nos direitos das Mulheres” (Anexo 6);
- 6.7.3 – A Senhora Deputada Municipal Inês Pezarat Bom (BE) para apresentar um Voto de Saudação sobre “Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina” (Anexo 7)
- 6.7.4 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), para apresentar uma Moção sobre “Pelo Prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica” (Anexo 8);
- 6.7.5 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Pires Silva (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação sobre o “Dia Internacional da Mulher – O dia histórico de luta pela igualdade e pela emancipação das Mulheres” (Anexo 9);
- 6.7.6 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Teixeira Silva (PS), para apresentar uma Saudação sobre a “Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030” (Anexo 10);
- 6.7.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Criação de Locais Ribeirinhos de Atracagem e Desembarque de Transporte Fluvial Turístico” (Anexo 11);
- 6.7.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Por uma Iluminação Condigna no Terminal de Cacilhas” (Anexo 12);
- 6.7.9 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Aumentar mais a Rede de WIFI no Concelho” (Anexo 13); e,
- 6.7.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra a Violência e Insegurança” (Anexo 14).
- 6.8 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês (CDU), Karim Hassam Quintino (BE), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), Ana Margarida Lourenço (PS), António Francisco Salgueiro (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.9 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.9.1 – A Recomendação sobre “Tornar as escolas de Almada mais Sustentáveis” foi aprovada por unanimidade.

6.9.2 – A Moção sobre “A importância do 8 de Março e o Voto nos Direitos das Mulheres” foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.9.2.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.2.2 – O Ponto 1 da parte deliberativa foi aprovado por unanimidade.

6.9.2.3 – O ponto 2 da parte deliberativa foi aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.2.4 – O ponto 3 da parte deliberativa foi aprovado por unanimidade.

6.9.3 – O Voto de Saudação sobre “Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina” foi aprovada por unanimidade.

6.9.4 – A Moção “Pelo Prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica” foi aprovada por unanimidade.

6.9.5 – A Moção/Deliberação “Dia Internacional da Mulher – O dia histórico de luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres” foi votada por partes, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.9.5.1 – Os Considerandos exceto os pontos 1, 3 e 4, foram aprovados por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do eleito do CDS-PP.

6.9.5.1 – O ponto 1 dos considerandos foi aprovado por maioria com 22 votos a favor sendo, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 16 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.9.5.2 – O ponto 3 dos considerandos foi aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo, 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.9.5.3 – O ponto 4 dos considerandos foi rejeitado por maioria com 19 votos contra sendo, 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 19 votos a favor sendo, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Assembleia Municipal

6.9.5.4 – Os pontos 1, 2, 3 e 4 da parte deliberativa, foram aprovados por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.9.5.5 – O ponto 5 da parte deliberativa, foi aprovado por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 votos contra sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.6 – A Saudação sobre a “Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030” foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 15 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.6.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.9.7 – A Moção “Criação de Locais Ribeirinhos de Atracagem e Desembarque de Transporte Fluvial Turístico” foi aprovada por maioria com 23 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 da eleita do PAN; 11 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.9.8 – A Moção “Por uma Iluminação Condigna no Terminal de Cacilhas” foi aprovada por unanimidade.

6.9.9 – A Moção “Aumentar mais a Rede de WIFI no Concelho” foi aprovada por unanimidade.

6.9.10 – A Moção “Contra a Violência e Insegurança” foi votada por partes tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.9.10.1 – Os considerandos foram rejeitados com 18 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 1 da eleita do PAN e 1 do IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 abstenções sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 6 votos a favor sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.9.10.2 – A parte deliberativa foi rejeitada com 21 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.10 – Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE) e Margarida Ramires Paulos (PAN) anunciaram que apresentariam Declarações de Voto por escrito, referentes ao Voto de Saudação ao “Dia Nacional do Antigo Combatente”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Para um Protesto à Mesa, nos termos do artigo 56º, nº 1, do Regimento da Assembleia Municipal usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

7.1.1 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

7.1.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) em Defesa da Honra, nos termos do nº 1, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.1.3 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Defesa da Honra, nos termos do nº 2, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.1 da ordem de trabalhos, relativo à Eleição de Representante da Assembleia Municipal de Almada para integrar o Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada (alínea b), do nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto);



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

7.2.1 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, sendo a proposta aprovada com 21 votos a favor, e 17 votos em branco, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada elege como representante da Assembleia Municipal no Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada, de acordo com a alínea b), nº 1, do artigo 6º do Regulamento do Conselho Municipal do Desporto do Concelho de Almada:

Representante Efetivo: Deputado Municipal

Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva

Representante Suplente: Deputada Municipal Presidente da União das Freguesias

de Caparica e Trafaria

Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda, para apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento;

7.2.1 – Para apresentar o Relatório da 1ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

7.2.2 – Para apresentar o Relatório da 2ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS);

7.2.3 – Para apresentar o Relatório da 3ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS);

7.2.4 – Para apresentar o Relatório da 4ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

7.2.5 – Para apresentar o Relatório da 5ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU);

7.2.6 – Para apresentar o Relatório da 6ª Comissão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.2.7 – Para apresentar o Relatório da 7ª Comissão usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

7.2.8 – Para apresentar o Relatório da Comissão Eventual sobre o 2º Torrão usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD).

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 23 de fevereiro, pelas 20H30.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), Nuno Matias (PSD), Maria das Dores Meira (CDU), António Matos (CDU), José Luís Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU) e Jefferson Oliveira (BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de quarenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____



Voto de pesar pelo falecimento de Alexey Navalny

No passado dia 16 de fevereiro, entidades oficiais da Rússia comunicaram o falecimento de Alexey Navalny. O óbito foi declarado num estabelecimento prisional na Sibéria, onde o conhecido ativista, de 47 anos, se encontrava a cumprir pena de prisão.

Alexey Navalny era um ativista pela democracia e a mais relevante figura da oposição na Rússia. Dedicou-se nos últimos anos à denúncia de abusos de poder, fraudes eleitorais e corrupção, através da fundação por ele criada em 2011.

Durante muitos anos, e agora para sempre, Navalny representou a coragem de lutar pela liberdade e pela democracia. Lutar, ainda que isso significasse perigo.

Navalny nunca desistiu do seu país:

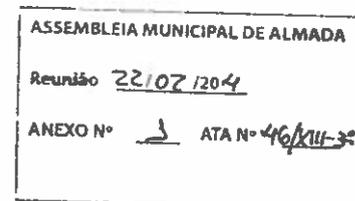
- Quando proibido de se candidatar à presidência, apoiou outras candidaturas de oposição;
- Quando envenenado pelos serviços secretos russos, lutou pela sua vida, sobreviveu e regressou à Rússia, mesmo sabendo que iria ser preso.
- Quando muitos desistem, por medo, conscientes de que a vida é o preço a pagar quando se enfrentam ditadores, Navalny e a sua família assumiram esse custo, em nome da liberdade de pensamento e de expressão de milhões de outros russos.

Num tempo em que muitos desistem de lutar e que se rendem às fantasias dos extremismos, lembrar Alexey Navalny é não esquecer os muitos que em todos os lados e todos os tempos dão a vida pela democracia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 22 de fevereiro de 2024, delibera:

- Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Alexey Navalny
- Enviar o presente voto à enlutada família e à Fundação Anticorrupção, por si criada

O Grupo Municipal do PSD





**VOTO DE PESAR
(Pelo falecimento de Abraúl Gomes Augusto)**

Partiu um Homem bom.

Faleceu no passado dia 18 de janeiro, Abraúl Gomes Augusto.

Mais do que uma partida e uma despedida, a morte do Abraúl é sobretudo uma forma de melhor compreendermos a importância de uma vida inteiramente vivida, plena de integridade e profundamente ancorada na fraternidade.

Assim foi a vida do Avô, Pai, Marido, Camarada, Operário, Desportista, Associativista e Autarca, Abraúl Gomes Augusto.

Uma vida, plena de atividade e de empenhamento, durante a qual o Abraúl deu sempre prioridade à defesa dos mais desprotegidos, à fraternidade na ação e à solidariedade ativa e interventiva, pautando-se invariavelmente pela honestidade, pela integridade, e pela seriedade.

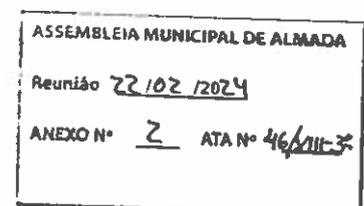
Como autarca, foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, eleito nas primeiras eleições após a criação da Freguesia em outubro de 1985, integrando as listas da Aliança Povo Unido (APU) em representação do seu partido de sempre, o Partido Comunista Português. Antes tinha sido Presidente da Junta de Freguesia da Caparica, de onde nasceu a Freguesia da Charneca de Caparica.

Foi depois eleito em vários mandatos na Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica, integrando sempre as listas da Coligação Democrática Unitária (CDU), que sucedeu à APU, mesmo em posições "não elegíveis", oferecendo um inestimável contributo, exemplo e estímulo à participação cívica ativa dos cidadãos na causa pública.

Em tempo de grandes dificuldades financeiras nas autarquias locais, foi impulsionador do desenvolvimento de uma aldeia que veio depois a ser vila. Quantas vezes o vimos de enxada em punho, o Presidente de Junta de Freguesia, lado a lado com os trabalhadores, a contribuir para melhorar as condições de vida de todos os Charnequenses.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere expressar junto de toda a família do Abraúl Gomes Augusto, dos seus muitos e muitos amigos, da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Charneca de Caparica, da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia da Caparica, do Movimento Associativo Popular de Almada, e do Partido Comunista Português, os mais profundos pêsames e a mais veemente solidariedade e amizade, no momento de perda e dor que a partida do Abraúl do nosso convívio quotidiano necessariamente representa, afirmando bem alto, Honra e Glória ao empenhamento, à seriedade e à dignidade humana e política que o Abraúl nos deixa a todos como testamento.

Almada, 22 de fevereiro de 2024
O Grupo Municipal da CDU





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Sabrosa

Faleceu no passado dia 8 de fevereiro, aos 93 anos, Manuel José Sabrosa, militante do Partido Socialista e reconhecido cidadão da localidade do Porto Brandão.

Manuel José Sabrosa tornou-se militante do Partido Socialista em 21 de abril de 1986, na secção do Monte de Caparica, onde desde cedo dedicou a sua militância e sua ação cívica na defesa do território da Freguesia, em especial do Porto Brandão e das suas gentes.

Foi um grande impulsionador e dinamizador da secção do Partido Socialista do Monte Caparica, tendo exercido vários mandatos como autarca eleito na Assembleia de Freguesia da Caparica, onde todos o reconheciam como uma pessoa de grande elevação.

Residente no Porto Brandão, era uma figura de referência nesta localidade, tendo sido sócio ativo da Sociedade Recreativa do Porto Brandão, entretanto extinta, como de outras coletividades do concelho, nomeadamente da SFUAP- Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

Foi um marido, pai e avô extremoso. Sempre incentivou os mais jovens a participarem ativamente na sociedade, na defesa da igualdade de oportunidades para todos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, expressa o seu mais profundo pesar pela morte de Manuel Sabrosa, transmitindo à sua família e amigos, as mais sentidas condolências.

Almada, 22 de fevereiro de 2024

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22/02/2024
ANEXO Nº	3 ATA Nº 46/XIII-3º



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Voto de Pesar

Caetano Rolo

No passado dia 15 de fevereiro de 2024, Almada acordou mais pobre, com o desaparecimento físico de Caetano da Conceição Rolo.

Natural de Marvão, nasceu no dia 20 de janeiro de 1949 e foi a título profissional Técnico de Desenho.

Mas foi em Almada, na vida cívica e na atividade política em concreto, que desenhou alguns dos traços mais marcantes da sua ação e da sua dedicação, como autarca, como militante do Partido Socialista e como um combatente acérrimo dos valores da Liberdade, da Igualdade e da Social-Democracia.

Foi sócio e membro dos órgãos sociais do Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro.

Foi autarca, eleito pelo Partido Socialista, como Deputado Municipal nas primeiras eleições democráticas, na Assembleia Municipal de Almada, e no mesmo órgão, posteriormente em outros dois mandatos, entre os anos de 2002 e 2009.

Foi, igualmente, autarca como Membro de Assembleias de Freguesias, na Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade e na Assembleia de Freguesia do Laranjeiro, tendo também sido, diversas vezes, candidato a Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro.

Como militante do Partido Socialista deixou uma marca memorável, sempre na luta contra os radicalismos e na procura de fortalecer a presença do PS na sociedade civil, tendo sido um dos militantes históricos da secção do Partido Socialista do Laranjeiro e Feijó e por diversas vezes membro do Secretariado e como Secretário-Coordenador.

Neste momento de pesar, o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada transmite à sua família, aos seus amigos, ao Partido Socialista do Laranjeiro e Feijó, e a todos os que tiveram a honra de lhe ser próximos, as suas mais profundas condolências.

Almada, 22 de fevereiro de 2024

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	72/02/2024
ANEXO Nº	4
ATA Nº	46/XII-3º

RECOMENDAÇÃO

Tornar as escolas de Almada mais sustentáveis

Nos últimos anos, devido ao agravamento das alterações climáticas, temos testemunhado o desenvolvimento de novas e interessantes abordagens educacionais relacionadas com a preocupação crescente sobre o tema da sustentabilidade. Escolas “verdes”, escolas ambientais, escolas sustentáveis, escolas que trazem o conceito da sustentabilidade para o centro da educação e que mais do que ensinar através da transmissão de informação, são exemplos vivos da transformação, onde professores e alunos praticam o conceito da sustentabilidade no dia-a-dia escolar.

O conceito de “Escola Sustentável” tem sido desenvolvido em diferentes países, incorporando práticas voltadas para a preservação ambiental e para a promoção de um estilo de vida mais sustentável. O conceito de “cuidado” está no centro da educação: cuidado por nós, pelos outros e pelo ambiente, pela energia e água consumida, pelo lixo produzido, pela comida que é servida, pelo tráfego automóvel que a escola atrai.

Algumas características-chave dessas escolas incluem:

1. Aspectos materiais da escola que reduzem o seu impacto ambiental
 - a. Painéis solares, luz e ventilação naturais, redução do consumo de água e energia, reciclagem, compostagem, hortas, árvores e flores para a biodiversidade, comedouros para pássaros, cuidar de animais, estacionamento para bicicletas, classe ao ar-livre, etc.
2. Aspectos curriculares que transmitem o conhecimento e as aptidões necessárias aos alunos acerca do desenvolvimento sustentável
 - a. Aulas sobre energia renovável, consumo, bem-estar animal, proteção ambiental, visitas a quintas e jardins, semanas temáticas (direitos humanos, lixo-zero, segunda-feira sem carne, dia sem carro, dia da bicicleta etc.), campanha de caminhadas, clubes de jardinagem, energia, reciclagem, projetos de arte sustentável, oficina de

“upcycling” de roupas que transforma roupas antigas em peças de moda únicas, reciclagem artística de aparelhos eletrônicos, etc.

3. Aspetos sociais que desenvolvem valores cívicos e comunitários

- a. Voluntariado em associações locais, angariação de fundos para projetos sociais, participação em projetos na comunidade como apanhar lixo, ajudar na manutenção de espaços verdes abrir, a escola à comunidade, cursos para adultos, vendas solidárias, etc.

Mais do que abordar a temática da sustentabilidade nas salas de aula ou em atividades esporádicas, estes projetos trazem a sustentabilidade para o centro das atenções, procurando que toda a comunidade escolar e a comunidade envolvente sejam agentes de mudança para uma sociedade mais justa e mais ecologicamente consciente.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada

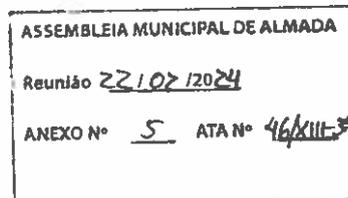
- 1. Melhorar a eficiência energética fazendo uso de energias renováveis e promover a redução do consumo de água, quando existam obras nos edifícios escolares da responsabilidade do município;**
- 2. Melhorar o exterior das escolas através da plantação de horas, jardins, espaços para a biodiversidade, hortas pedagógicas;**
- 3. Apoiar as escolas na promoção curricular da sustentabilidade através de ações de formação e disponibilização de equipamentos ou recursos municipais;**

4. Promover em conjunto com as escolas ações e eventos de voluntariado social e ambiental em instituições locais.

Almada, 22 de fevereiro de 2024

Pessoas - Animais – Natureza

Margarida Paulos
(Deputada Municipal do PAN)





Moção

A importância do 8 de Março e o Voto nos direitos das Mulheres

Foi com o 25 de Abril que em Portugal a data do 8 de Março começou a ganhar notoriedade e importância. As mulheres foram das primeiras a mobilizar-se para alcançar direitos básicos – à habitação, a um salário digno e ao trabalho com direitos, à maternidade, às creches para os filhos – embora durante muitos anos as reivindicações mais especificamente de igualdade entre mulheres e homens, ou as reivindicações por uma sociedade sem discriminações e sem violência tivessem sido relegadas para um segundo plano. Mas, ao longo dos anos, fruto do papel das organizações de direitos das mulheres, foram sendo colocadas na agenda política novas causas como a paridade, o direito à interrupção voluntária da gravidez, o reconhecimento da violência doméstica como crime público ou a desocultação do assédio sexual e moral, uma forma generalizada de violência e de discriminação baseada no género.

A sociedade portuguesa evoluiu na consciencialização de que os direitos das mulheres são direitos humanos e de que, o exercício desses direitos é parte integrante do progresso da humanidade. Foi o esforço colectivo das organizações que permitiu esses avanços, com a certeza de que muito há a conquistar e que nada está adquirido definitivamente.

50 anos depois de Abril, o conservadorismo aparece de forma clara com propostas que atacam as políticas públicas para a igualdade de género, considerando-as um luxo e um sorvedouro de dinheiro, rejeitando o combate à violência contra as mulheres, confinando as mulheres a uma posição subalterna, retrato de um país de antes do 25 de Abril. As mulheres e homens progressistas dizem NÃO a estas vozes do passado, aspiram ao progresso e rejeitam este conservadorismo bafiento.

Em vésperas de mais um 8 de Março e de umas eleições de grande importância, mais uma vez a mobilização de toda a sociedade e das mulheres, em particular, tal como aconteceu há 50 anos, é decisiva: mobilização na rua, mobilização para o voto, atenção às propostas dos partidos relativamente a questões como o direito à habitação, o combate à violência doméstica, para uma escolha informada.

Face ao exposto, o grupo municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024 delibere:

1. Assinalar a importância da comemoração do Dia Internacional da Mulher, como decisiva no progresso da humanidade, no respeito pela igualdade e contra a discriminação de género.
2. Apelar à participação nas iniciativas em torno do 8 de Março, nomeadamente as marchas feministas em Lisboa e noutras cidades do País, saudando todas as organizações e movimentos sociais que no dia 8 de Março expressam a sua decisão de continuarem a lutar pela Igualdade e não discriminação de género.
3. Apelar a uma grande participação no voto no próximo dia 10 de Março, em partidos que respeitam a igualdade, os direitos e a não discriminação de género.

O grupo Municipal do Bloco de Esquerda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22/02/2024
ANEXO Nº	6 ATA Nº 46/XIII-3º



Voto de saudação
Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina

A dia 6 de fevereiro assinala-se, anualmente, o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina. A data foi instituída pela ONU, a 20 de dezembro de 2012, de modo a combater esta erradicar a prática, que prejudica a saúde física e psicológica de milhares de mulheres e meninas em todo o mundo.

As mulheres e as crianças são os grupos da população mais sujeitos à violência sexual. A prática da mutilação genital feminina (MGF) é uma violação dos Direitos Humanos, mais especificamente, dos Direitos das Mulheres e dos Direitos das Crianças.

Esta prática nefasta é uma forma de limitar e prejudicar a saúde e bem-estar das mulheres e crianças, sendo as suas consequências sentidas para o resto da vida. Na maioria dos casos, a prática de MGF é feita durante a infância. Desde 2015, que o código penal prevê a criminalização desta prática, estando enquadrado como crime público, é preciso combater todas as formas de violência contra as mulheres.

Vários países têm desenvolvido um Plano de Ação para a erradicação da prática, com múltiplos agentes envolvidos - comunidades, municípios, decisores políticos, ONG's e profissionais de saúde.

É responsabilidade do município, intervir e garantir o bem-estar da população que reside em Almada e de estruturar essa intervenção de forma integrada e através de instrumentos como os Planos Municipais. É necessário mais investimento nesta matéria - mais sensibilização e alargamento à escala de alcance desses materiais, nomeadamente em contexto escolar.

Assim, o grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2024, delibere:

1. Saudar o Dia Internacional da Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina
2. Reafirmar o compromisso do município em promover e implementar medidas políticas que pugne pelos direitos das meninas e mulheres, para a erradicação de todas as formas de violência, em particular as formas de violência baseada no género, como a MGF;
3. Saudar o trabalho e o contributo das associações e das pessoas lutam por uma resposta robusta e efetiva para eliminação da MGF, seja a nível nacional ou internacional.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22/02/2024
ANEXO Nº	7
ATA Nº	46/114-3º



MOÇÃO Pelo Prolongamento do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica

Considerando que o Metro Sul do Tejo (MST), é um projeto de Mobilidade de Transporte Público, lançado pelo Município de Almada nos anos 80 do século passado, que visa a criação de condições para uma vida melhor para todos os que vivem e se deslocam em Almada e na Margem Sul do Tejo, nomeadamente no arco-ribeirinho sul.

Considerando que o projeto MST corresponde a uma visão integrada com outros modos de transporte, facilitando o acesso aos serviços públicos assim como facilitar o acesso às necessidades gerais da população: como o direito ao trabalho, à saúde, à educação, ao desporto, à cultura e ao lazer.

Considerando que o projeto MST, é amigo de todos, em especial dos mais jovens, dos mais idosos e de quem tem mobilidade reduzida, amigo do ambiente, reduzindo o tempo nas deslocações, mais regularidade nos horários.

Considerando que nunca se avançou para a construção da segunda fase desta importante infraestrutura, como consta do contrato de concessão, prejudicando o desenvolvimento de Almada e do Arco-Ribeirinho da Margem Sul, por responsabilidades políticas dos sucessivos Governos do PSD, PSD/CDS e PS, como prova também a não inclusão no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Considerando que não faltam anúncios do prolongamento do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica, que invariavelmente surgem nas vésperas de eleições por parte de responsáveis governamentais.

Considerando que a gestão da Câmara Municipal liderada pela CDU deixou esta obra preparada, com o espaço canal reservado para a expansão do Metro Sul do Tejo até à Costa da Caparica nos diferentes instrumentos de gestão do território.

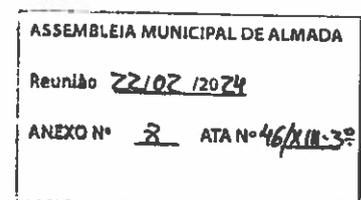
Considerando que a Costa da Caparica, sendo uma zona por excelência balnear, é a localidade do Concelho de Almada que mais atrai população não só de Almada, mas também da região de Lisboa, assim como do resto da Margem Sul.

Considerando que as obras de alargamento no IC20, não resolvem o problema, pelo contrário tenderão a agravar os constrangimentos de tráfego que se registam hoje em dia.

Considerando que o Metro faz falta à vida dos almadenses e ao desenvolvimento do Concelho de Almada e da Cidade da Costa da Caparica.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere exigir ao Governo Português a concretização da expansão do Metro Sul do Tejo à Cidade da Costa da Caparica e Trafaria, sem mais atrasos!

Almada, 22 de fevereiro de 2024
O Grupo Municipal da CDU





MOÇÃO/DELIBERAÇÃO
(Dia Internacional da Mulher –
O dia histórico de luta pela igualdade e pela emancipação das mulheres)

O Dia Internacional da Mulher representa, hoje, e enquanto a igualdade de direitos não for uma realidade no quotidiano de cada Mulher, um importante dia de Luta e força às reivindicações de igualdade de direitos, de progresso social e de Paz – pelo FIM das violências e violações; das humilhações e explorações; dos conflitos armados, das Guerras, seja em Portugal como em todo o Mundo.

O significado e a relevância da celebração do Dia Internacional da passa pela luta das mulheres de todo o mundo, em defesa dos seus direitos, por uma vida melhor, digna, justa e feliz, tem de fazer-se através da eliminação das flagrantes desigualdades sociais e individuais que persistem, a par da luta mais geral, lado a lado, de mulheres e homens.

Os direitos conquistam-se, mas nunca estão garantidos e é preciso defendê-los!

E se no passado...

Mulheres foram presas políticas; somente podiam viajar com autorização masculina; somente poderiam votar se... fossem viúvas, se soubessem ler e escrever e se fossem de classe socioeconómica favorecida...

Foi com a Luta que se conquistou o Direito Individual ao Voto – a eleger e ser eleita! – a diminuição das discriminações das Mulheres no Trabalho; a implementação do parto psico-profiláctico; denunciando também as desigualdades na Educação, reclamando o Direito à realização do aborto legal em condições que preservassem a saúde da mulher.

Há 50 Anos... Abril chegou e com ele o direito universal ao voto ... E muitas mulheres abeiraram-se e articularam-se para EM LIBERDADE intervir na sociedade. As mulheres começaram a tomar a palavra Política E NA Política! As mulheres (chegavam e) não paravam de querer avançar nas suas terras, pela alfabetização, pela criação das infraestruturas, pela mobilização das mulheres, pelo direito à igualdade.

Mas... há 17... somente há 17 anos – em, precisamente, fevereiro de 2007 vingou e venceu a despenalização do aborto e entrou no Serviço Nacional de Saúde a IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez! Por força e vitória em segundo processo público de referendo! Foi após várias lutas de longos anos e várias décadas que em 2007 o “sim” venceu no referendo da despenalização da IVG. A grande conquista alcançada há 17 anos deu às Mulheres o direito de decisão para uma maternidade desejada, responsável e feliz e significou, tal como significa, um valioso contributo para a emancipação da mulher, independentemente da sua condição económico-financeira e/ou da sua família.

Urge agora e neste ano de 2024 reiterarmos a obrigatoriedade de garantir o acesso à IVG através do Serviço Nacional de Saúde, tal como determinado pela legislação em vigor! Há 42 hospitais acreditados para realizar a IVG, mas só 29 o fazem.

A lei garante, através do acesso ao Serviço Nacional de Saúde, que a Interrupção Voluntária da Gravidez se faça em condições de segurança e de saúde, mas há falta de Especialistas de Obstetrícia e, assim, continua a aumentar o encaminhamento do SNS para o sector privado. Só um SNS mais forte, de Recursos humanos e meios materiais é capaz de assegurar o Direito Constitucional à Saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, e que Sim! a mulher decide, a sociedade respeita, o Estado garante!

Ao saudar, mais um ano de luta das Mulheres, não podemos ignorar:

1. Que das alterações legislativas últimas do Código do Trabalho, são as Jovens e as Mulheres as mais prejudicadas, face o aumento da precariedade em praticamente todos os sectores de atividade,



nomeadamente no turismo e restauração, assistência e cuidados sociais, limpeza e com o alargamento do período experimental.

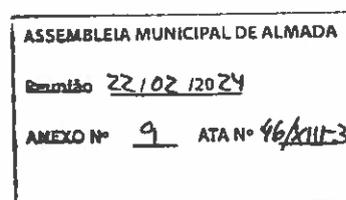
2. Serem as Mulheres as maiores vítimas de violência de género, continuando a ser muito preocupantes, em Portugal, os casos e dados recentes sobre este drama social.
3. As Mulheres continuarem a ser vítimas maiores do tráfico de Seres Humanos, em particular em situações ligadas à prostituição, uma forma grave de violência exercida sobre as mulheres;
4. A prostituição ser uma forma de exploração de Seres Humanos e uma ação de violência sobre crianças, raparigas e mulheres.

“Pela Igualdade a que temos Direito” é o lema, neste ano de 2024, para as Mulheres Portuguesas voltarem a mobilizar-se, na tarde de 23 de março, na rua, em Lisboa, para reafirmar e aclamar direitos e valores de Igualdade, da Alegria e Força de ser Mulher, da força e do Movimento de Unidade pela justiça social e o progresso do País, dos Povos e do Mundo! Lado a lado com os homens.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe à Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, a 22 e 23 de fevereiro de 2024, na Sede do Agrupamento de Escolas de Caparica, sita em Monte de Caparica que delibere:

1. Saudar a celebração do Dia Internacional da Mulher – 8 de Março -, marco de extraordinário significado e importância para a luta das Mulheres de todo o mundo, das Mulheres Portuguesas e das Mulheres Almadenses pelos seus direitos inalienáveis a uma vida mais digna.
2. Reafirmar o empenho institucional e solidário na luta das Mulheres pela conquista da igualdade no Trabalho, em particular no que respeita à garantia de igualdade salarial, à não discriminação em função da sua condição de trabalhadora, mãe e cidadã, e à integral proteção dos seus direitos laborais.
3. Refirmar igual empenho e solidariedade institucional na luta contra a violência doméstica e de género exercida maioritariamente contra as Mulheres, e na luta contra o tráfico de Seres Humanos que afeta em particular as Raparigas e Mulheres, com envolvimento das autoridades competentes e responsáveis pela adoção e aplicação de medidas concretas que conduzam ao fim deste verdadeiro flagelo contra as Mulheres.
4. Saudar a realização da Manifestação Nacional de Mulheres a realizar-se, no próximo mês de Março, em Lisboa, excecionalmente no dia 23, Sábado, pelo respeito integral dos direitos das Mulheres e saudar igualmente o vasto conjunto de iniciativas e ações, a realizar até 23 de Março em todo o País.
5. Exigir a cobertura nacional da aplicação da lei, com implementação da IVG medicamentosa em Centros de Saúde; bem como Cuidados de Saúde Primários, com respostas, de forma acessível, eficaz e eficiente aos cuidados e necessidades das Comunidades; o acesso à contraceção mais adequada, garantindo a liberdade de escolha, com o reforço das políticas e dos programas de apoio na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e das raparigas.

Monte de Caparica, 22 e 23 de fevereiro de 2024
O Grupo Municipal da CDU





Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

MOÇÃO

Saudação sobre a Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030

O processo de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030 iniciou-se em janeiro de 2023, decorrendo de forma participada e colaborativa até setembro de 2023 tendo obtido o parecer favorável do Conselho Municipal de Saúde em reunião de 7 de novembro de 2023, aprovada em Reunião de Câmara Municipal em 18 de dezembro de 2023 e aprovada em Reunião de Assembleia Municipal de 27 de dezembro de 2023.

A envolvimento dos vários atores neste trabalho foi a tônica deste processo. Desde logo, com a participação de elementos da ULS Almada Seixal. Mas, inclusive, na sessão de apresentação pública 23 de janeiro de 2024, com a participação de diversos intervenientes das Autarquias, nomeadamente de Alenquer, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Moita, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra ou Viana do Alentejo. Das várias Juntas de Freguesia e da Academia com a participação de cinco universidades.

Nas etapas de desenvolvimento desta Estratégia foi também definido um grupo técnico concelhio de acompanhamento do processo de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, envolvendo dez entidades concelhias da área da educação, da saúde, do desporto, do poder local e do social.

A participação dos munícipes, através do questionário - Saúde e Bem-Estar em Almada foi também fulcral, para contar com o registo e apoio da informação dos Almadenses, e reuniu mais de 1000 participantes.

Mas o acompanhamento da implementação das políticas públicas em saúde é essencial, com particular enfoque para a componente da Prevenção.

É neste quadro, que o Município, em articulação com o SNS e com os diversos intervenientes do território devem apostar na prevenção em saúde, no desporto e nas ações de rastreio, entre outros instrumentos essenciais à prevenção em saúde por forma a mitigar a alta pressão a que o sistema de saúde tem sido sujeito.

É precisamente isso que esta Estratégia Municipal também preconiza.

Por esse motivo, a monitorização é essencial para o devido acompanhamento da implementação no terreno das várias medidas.



Assembleia Municipal de Almada
Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

Pois, é de facto, na execução que as mais valias desta Estratégia serão mais visíveis.

Concretamente, das medidas provenientes dos eixos estratégicos subjacentes a este documento orientador. Tais como a Comunicação e Cidadania Participativa; Sustentabilidade Urbana; Saúde Mental, Bem-Estar e Autocuidado; Alimentação e Atividade Física.

De forma a consolidar o acompanhamento está prevista a construção de um web site com *dashboards* de indicadores em saúde para a proficua monitorização da Estratégia Municipal de Saúde.

Esta Estratégia já se encontra a ser operacionalizada, sendo exemplo recente, no passado dia 8 de fevereiro de 2024, quando foi apresentado o Jogo Desafios Saudáveis que promovem a saúde em contexto laboral e que conta com a adesão e compromisso de 35 entidades concelhias, sendo que se prevê a aplicação deste Jogo dos Desafios Saudáveis, durante o 1º semestre de 2024 aos trabalhadores.

A saúde é mesmo um recurso basilar para a vida.

O cuidado do bem-estar individual é uma rotina diária que se traduz em ganhos de saúde e em qualidade de vida para cada um e para todos.

Esta Estratégia Municipal de Saúde de Almada é assim um instrumento que alavanca a interação dos diversos intervenientes da Saúde no concelho de Almada, com vasos comunicantes para a área envolvente e com as entidades de outras áreas geográficas, que coloca, efetivamente, os munícipes no centro da resposta dos cuidados em Saúde, contribuindo para a prevenção em saúde e que adiciona valor ao SNS.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Almada expresse um voto de saudação pelo trabalho desenvolvido na elaboração da Estratégia Municipal de Saúde de Almada 2024/2030.

Almada, 22 de fevereiro de 2024

O Grupo de Eleitos pelo Partido Socialista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
Reunião 22/02/2024
ANEXO Nº 10 ATA Nº 46/XIII-3ª



CDS-PARTIDO POPULAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

MOÇÃO

CRIAÇÃO DE LOCAIS RIBEIRINHOS DE ATRACAGEM E DESEMBARQUE DE TRANSPORTE FLUVIAL TURÍSTICO

Tentando-se posicionar como uma cidade capaz de ombrear e competir com os mais significativos e preferidos destinos turísticos, o concelho de Almada deverá munir-se e garantir na prática, um verdadeiro e arrojado plano de desenvolvimento e atratividade no que diz respeito à sua melhor oferta turística, inclusive competindo com os grandes centros turísticos do país.

Com uma posição geográfica de excelência, o concelho de Almada tem todas as condições, haja vontade política e estratégia, para debater-se com as melhores capitais europeias e pontos de atracção turística.

O grande recurso natural que atravessa as duas cidades, Almada e Lisboa, a par de outros concelhos que rivalizam do ponto de vista turístico com Almada na foz do Tejo, como é o caso de Oeiras e Cascais, abre espaço para a exploração do rio através de oportunidades pensadas e devidamente estudadas e estruturadas com vista a implementar novas acessibilidades capazes de obter dividendos na sua vertente económica, paisagística e mesmo cultural, aproveitando e maximizando a posição privilegiada do concelho.

O desenvolvimento e implementação de um plano turístico direccionado para o aproveitamento dos recursos naturais devidamente enquadrados e salvaguardados na defesa do meio ambiente, é possível haja convergência de esforços entre o sector público local e as demais entidades que pretendem investir e colocar ao serviço do lazer e do turismo enriquecedor e potenciador de postos de trabalho, novos e modernos meios de acessibilidades já experimentados e em uso noutros centros urbanos modernos e cosmopolitas por toda a Europa e pelo mundo.

Almada tem de se centralizar e modernizar a fim de poder entregar e assegurar uma oferta de maior qualidade capaz de saber corresponder às novas exigências do sector e sobretudo, às novas exigências das populações.

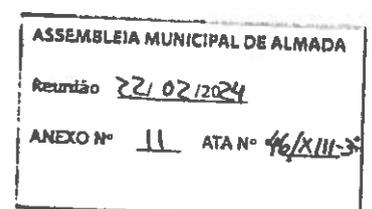
Considerando a proximidade com a capital, Lisboa, grande centro de turismo do país, considerando ainda a oferta disponível do concelho nas várias áreas e vertentes do lazer e da cultura, passando pela gastronomia, pela paisagem, pelos monumentos e pelas praias e património natural, novos meios de acesso e de transporte, sem colocar em causa os transportes convencionais que devem ser assegurados a par das

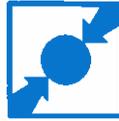
restantes plataformas que possam existir, a criação de meios complementares e independentes que tenham como objectivo efectuar os transbordo na vertente turística de visitantes portugueses em regime de lazer quer de cidadãos vindos de outros países que escolham Almada como ponto de interesse deve ser uma possibilidade prioritária.

Assim, e com a disponibilidade geográfica das margens ribeirinhas do concelho de Almada inseridas num recurso natural ao seu dispor, é primordial encontrarem-se novas soluções de transporte de turistas e visitantes com pontos de atracagem e desembarque devidamente delineados para o efeito entregando mais e melhor oferta ao mesmo tempo que se usa o Rio Tejo como ex libris e chamariz do concelho.

Desde modo, na tentativa de encontrar novos meios de transporte alternativos devidamente direccionados para o lazer e para o turismo como já devidamente implementados e de sucesso um pouco por toda a Europa, e aproveitando o recurso natural, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, **defende a criação de um plano estratégico que tenha como objectivo principal da criação de cais de atracagem e desembarque de passageiros na vertente turística ao longo do passeio ribeirinho em locais permitidos e comprovadamente adequados para o efeito, com o objectivo de potenciar uma maior e melhor oferta ao nível do sector e do turismo fluvial.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Caparica, 22 de Fevereiro de 2024





CDS-PARTIDO POPULAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

MOÇÃO POR UMA ILUMINAÇÃO CONDIGNA NO TERMINAL DE CACILHAS

O terminal rodoviário de fluvial de Cacilhas continua a ser ponto de encontro e de convergência de milhares de pessoas que todos os dias utilizam o respectivo espaço em movimentos pendulares, juntando-se a estes os inúmeros turistas que acedem ao concelho em visita e lazer.

O mesmo terminal desdobra-se num interface de transportes públicos que servem o concelho de Almada em ligações municipais ao mesmo tempo que o barco, o metro e os transportes rodoviários da Carris Metropolitana, deslocam em simultâneo as suas rotas e os seus destinos para outros municípios numa rede de transportes muito mais abrangente e que há muito era desejada pelas populações.

Com a oferta disponível no terminal de Cacilhas, é usual um grande aglomerado de pessoas utentes desses transportes públicos, para os quais deve ser oferecida para além do próprio transporte, horários adequados e convenientes às suas necessidades, o respectivo conforto e segurança devem estar religiosamente salvaguardados e assegurados.

No caso do mesmo terminal, intervencionado há bem pouco tempo no que respeita ao seu espaço de requalificação, continua a não garantir junto das populações e dos operadores de transporte público, uma iluminação adequada aos direitos dos mesmos.

É usual, mesmo depois da intervenção de requalificação do mesmo, um déficit de iluminação pública quer no espaço amplo do terminal quer mesmo a falta de iluminação nos abrigos e paragens de autocarro, dificultado e agravando quem pretende ter acesso à leitura de horários e demais informação que consta nos respectivos mobiliários urbanos do terminal.

A deficiente iluminação nomeadamente a horas tardias e nocturnas, não só não deixa confortável nem garante a plena qualidade de vida dos cidadãos como ainda os expõe aos demais perigos que possam eventualmente surgir do decorrer desse problema que persiste no tempo apesar dos vários alertas que não obstante alguma melhoria não é ainda, de todo, suficiente.

Perante os factos, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem desta forma alertar a **câmara municipal para a necessidade urgente de providenciar no terminal de transportes públicos de Cacilhas, uma iluminação pública adequada que vá de encontro às necessidades das populações com o objectivo de garantir-lhes mais segurança e bem-estar, nomeadamente a iluminação geral tal como a iluminação dos abrigos e paragens do terminal.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Caparica, 22 de Fevereiro de 2024

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22/02/2024
ANEXO Nº	12 ATA Nº 46/AM-3º



CDS-PARTIDO POPULAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

MOÇÃO AUMENTAR MAIS A REDE DE WIFI NO CONCELHO

As novas dinâmicas e tecnologias ao alcance do cidadão nas cidades modernas do novo milênio tornam os mesmos cada vez mais exigentes e capacitados para a utilização de meios avançados ao seu dispor capazes de tomar decisões e acessar a respostas no tempo imediato cada vez mais prático e exigente.

Nos dias de hoje, o acesso à informação e comunicação em tempo útil e descomplicado, é apanágio de sociedades e de cidades modernas e desenvolvidas com olhos postos no futuro onde o bem-estar dos cidadãos é a grande prioridade das políticas locais.

No milênio das novas tecnologias de última geração, o cidadão faz uso diário das mesmas como nunca se fez antes, dando um salto para o conhecimento e para a instantaneidade e imediatismo num mundo e numa geração cada vez mais global e aproximada.

É também nessas novas ferramentas tecnológicas e informatizadas que os processos outra burocratizantes e morosos, ganham nos dias de hoje, uma rapidez supersónica no acesso à informação e divulgação, permitindo ao cidadão não só uma vasta lista de opções, como também praticar actos e tomar decisões à distância de um click.

Todavia, e para que o cidadão possa aceder e fazer uso desse novo instrumento colocado ao seu serviço pelo desenvolvimento da tecnologia e da ciência, é cada vez mais necessária uma ampla autoestrada de navegação, rápida e eficaz, a fim de satisfazer plenamente e com qualidade o acesso a um infinito número de conteúdo digital, capaz de tornar a vida do mesmo no século XXI, mais dinâmico, mais interactivo e mais produtivo.

O uso e acesso à internet nos dias de hoje, tornou-se desta forma, imprescindível para o quotidiano das pessoas, para os negócios e instituições empresariais e comerciais, para a saúde, para a educação, para o lazer, para a segurança, para os transportes, para o tecido burocrático entre Estado e cidadão, entre muitas outras vantagens que no presente já ninguém é capaz de recuar e prescindir tal é a sua capacidade de simplificar a vida do cidadão e das instituições.

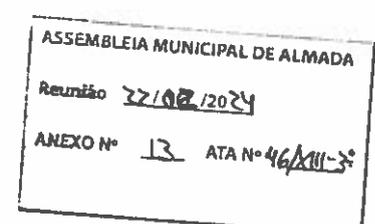
Também as autarquias já entenderam os benefícios as vantagens do usos das ferramentas tecnológicas e informáticas que simplificam a vida em sociedade a para tal, têm um pouco por todo o país, disponibilizado pelos seus concelhos spots e locais

públicos de acesso livre à internet, ao qual o município de Almada não é excepção. Reconhece-se, desta forma, o esforço que a autarquia de Almada tem feito ao longo dos últimos anos para tornar a realidade do concelho muito mais interactiva e de acesso livre aos meios informáticos, neste caso à internet.

Apesar desse livre acesso cada vez mais abrangente, é necessário mais reforço para que em mais locais do concelho o acesso livre à internet seja uma realidade, ajudando a criar e dinamizar os espaços já existentes ou a potenciar a criação de novas centralidades locais.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem por este meio, **recomendar à câmara municipal o alargamento no concelho de acesso público à internet-rede de Wifi, ajudando a que mais cidadãos possam fazer uso gratuito do seu acesso ajudando a dinamizar e a universalizar esta ferramenta tecnológica moderna e cada vez mais avançada do novo milénio.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Caparica, 22 de Fevereiro de 2024





CDS-PARTIDO POPULAR
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA

MOÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA

Os relatórios anuais de segurança interna têm sido perentórios naquela que é a realidade da criminalidade e insegurança quer no país quer muito em concreto no distrito de Setúbal e em Almada.

Tem sido recorrente a abertura dos noticiários com informação sobre actos violentos praticados contra os cidadãos, escaramuças e acertos de contas, rixas entre gangues organizados, episódios violentos de violência doméstica nomeadamente sobre mulheres e idosos, e, noutros casos, infelizmente, já frequentes e trágicos, muitos deles acabam em mortes e assassinatos.

Quer no distrito de Setúbal quer em Almada, o sentimento de insegurança tem vindo a aumentar deixando as pessoas condicionadas no seu livre usufruto da liberdade conquistada em Abril. Ao comum cidadão, junta-se a actividade comercial que em muitos locais vê-se na obrigação de encerrar os seus estabelecimentos muito antes do horário pretendido, pois não arriscam viver em sobressalto em horários nocturnos. Também aqui, a vida nocturna na cidade deixa de fluir normalmente condicionada pelo sentimento de insegurança e por todos os perigos que a mesma pode esconder caso não estejam criadas as devidas condições de salvaguarda da ordem pública e do bem-estar.

Com os relatos e as notícias de criminalidade grave praticada por quem se sente impune num Estado de direito que tem obrigação de proteger as liberdades e garantias dos seus cidadãos, os criminosos e delinquentes que a praticam vão consomando os seus hediondos actos de forma descarada e sem qualquer pejo pelo próximo.

As mortes recentemente ocorridas no distrito de Setúbal e também no concelho de Almada vítimas de violência doméstica e de criminalidade violenta, deixa um perigoso alerta do muito que ainda há por fazer em matéria de segurança, mas também em matérias sociais e de integração social na comunidade.

Verdadeiras políticas de segurança e protecção dos cidadãos com mais meios ao dispor das forças de segurança, tal como são necessárias mais políticas e medidas locais de construção do espaço público, acompanhamento social e comunitário junto de populações mais vulneráveis, políticas de integração e convivência social, programas de emprego e acompanhamento escolar são, entre outras medidas locais

e nacionais, prioridades e ter em conta se se quiser estancar o fenómeno da criminalidade e criminalidade violenta no distrito e no concelho de Almada, criando oportunidades de reintegração e de socialização dignas de um Estado livre e de direito.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 22 e 23 de Fevereiro de 2024, na localidade da Caparica, vem por este meio, **condenar veemente os actos hediondos e criminosos cometidos por delinquentes no distrito de Setúbal e no concelho de Almada, pugnando e exigindo das entidades competentes medidas urgentes que mitiguem o aumento da criminalidade a fim de restituir a segurança a liberdade e a liberdade dos cidadãos de bem.**

O Deputado Municipal do CDS-Partido Popular
Caparica, 22 de Fevereiro de 2024

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA	
Reunião	22/02/2024
ANEKO Nº	14
ATA Nº	46/XIII-3